

# Construções sociais da velhice e a violência contra mulheres idosas

MARIA BEATRIZ NADER  
LUCIANA SILVEIRA

## RESUMO

Esse trabalho objetiva compreender como se deu o surgimento dos estudos sobre a velhice e a violência praticada contra as mulheres idosas na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Parte-se do pressuposto de que a velhice é uma construção, do mesmo modo que o gênero, podendo variar conforme o contexto histórico e social, e que ambos, velhice e gênero, estão intimamente associados às manifestações de violência nessa etapa da vida feminina. Tal é a hipótese que norteia a análise das denúncias realizadas na Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa de Vitória (ES), em seus dois primeiros anos de existência, 2010-2012.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Gênero; Violência contra a mulher

## ABSTRACT

This work aims to understand how was the emergence of studies on old age and violence against older women in the city of Vitoria, capital of the State of Espírito Santo. The assumption is that old age is a construction, in the same way as the gender, may vary according to the historical and social context, and that both old age and gender, are closely associated with the manifestations of violence in this stage of female life. Such is the hypothesis that guides the analysis of complaints made at the Police Service and Protection of Elderly in Vitória (ES), in their first two years of existence, 2010-2012.

**Keywords:** Old age; Gender; Violence against women

## O ENVELHECIMENTO EM PAUTA

Somente no século XX, no Brasil, a velhice tornou-se tema de pesquisa acadêmica, de políticas públicas e preocupação social. Em alguns países da Europa, como é o caso da França, esse processo teve início no final do século XIX, despertando o interesse dos poderes públicos e das Ciências Sociais. Contudo, de acordo com Clarice Ehlers Peixoto (2006, p. 75), uma política social para a velhice só viria a se firmar naquele país entre os anos de 1945 e 1960, no período pós-guerra, quando a França passou “por um período de agravamento das condições de vida da população idosa, beirando mesmo a indigência social”.

No Brasil, além de tardio, o processo de “descoberta” da velhice parece ter se dado de modo inverso em relação ao da França, iniciando-se na academia. No final da década de 1960, inspirado no exemplo europeu, o poder público brasileiro passou a adotar a expressão “idoso”, com a finalidade de substituir o termo “velho” dos documentos oficiais devido a sua conotação negativa. Entretanto, longe de sinalizar uma preocupação com a representação social das pessoas velhas ou com a elaboração de políticas públicas que as amparasse, a troca de vocábulo, segundo Peixoto (2006), que comparou o caso francês com o brasileiro, significou uma mera troca de etiquetas.

No campo acadêmico, de acordo com Guita Grin Debert, autora da obra “A reinvenção da velhice”, publicada em 2004, até a década de 1960, os estudos sobre a velhice se concentravam nas áreas médicas, em especial a geriatria, e na recém-surgida gerontologia.<sup>1</sup> Esta última insistia, até então, na ideia de que nas sociedades industrializadas, acima das singularidades de gênero, raça, etnia e classe dos indivíduos, estava a experiência homogeneizadora de envelhecimento, marcada pela perda de papéis sociais. As teorias no interior daquele campo científico definiam-se pela defesa de diferentes estratégias frente a essa situação de perda. Amanda Marques de Oliveira (2008, p. 25) define duas teorias básicas para se entender velhice, quais sejam:

- 1 - a teoria da atividade - a qual considerava que o bem-estar na velhice estaria ligado à realização de atividades compensatórias que mantivessem o velho sempre ativo;
- 2 - a teoria do desengajamento – a qual via a velhice como um momento de perda dos papéis sociais e considerava que a boa velhice era alcançada pelo abandono voluntário das atividades.

Durante os anos de 1970 e 1980, cresceu o número de pesquisas sobre o tema, principalmente nas Ciências Sociais, responsáveis pela revisão de tais pressupostos e pela inauguração da ideia da velhice como uma construção histórica e social e não simplesmente um desgaste fisiológico. Desta forma, podemos afirmar que no seio das Ciências Sociais, a História surge como responsável por contribuir com indícios de que as representações acerca da velhice variam conforme as demandas e os interesses de cada época. Além disso, provoca o rompimento da ideia, vigente até o período, de uma suposta idade do ouro da velhice, segundo a qual nas sociedades ditas tradicionais os longevos seriam detentores de um *status* social e de privilégios que não mais existiam na modernidade.

Em 1970, Simone de Beauvoir lançou a obra “A velhice”, um ensaio em que além de promover uma revisão histórica da imagem da velhice nas sociedades tradicionais, tal qual

<sup>1</sup> Para uma revisão acerca das definições de gerontologia e geriatria ver HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 23-24. Segundo a autora, não existe um consenso sobre o que vem a ser o objeto de estudo de cada um desses campos científicos. Mas se observa que, em geral, a geriatria é caracterizada como uma disciplina estritamente médica, destinada a cuidar da saúde das pessoas idosas, a partir de ações clínicas, sociais, preventivas e de reabilitação. A gerontologia, por outro lado, tem natureza interdisciplinar e se dedica ao estudo do processo de envelhecimento, seu impacto sobre as mais variadas dimensões do ser humano e sobre o contexto social.

Georges Minois, tinha como objetivo quebrar a “conspiração do silêncio” que a cercava. Denunciava a situação escandalosa de decadência sob a qual os velhos viviam, além da dependência, da pobreza e da segregação. Ainda nesse trabalho Beauvoir fez uma reflexão sobre os sentimentos de repugnância e desprezo que os mais jovens nutriam em relação aos primeiros.

Minois (1999), em livro originalmente publicado em 1987, sob o título “*Histoire de la vieillesse*”, se dedicou a uma exaustiva investigação da história da velhice no Ocidente, desde a Antiguidade até o Renascimento. O autor iniciou sua obra afirmando que durante todo o período sobre o qual se lançava, ocorreram oscilações no papel social e político dos velhos. Isso porque cada sociedade é responsável pelas atribuições e representações acerca de seus velhos e, tomando como referência um determinado padrão de homem ideal, lhe destina um lugar de valor ou não. Para Minois (1999) na Grécia clássica, onde a beleza e a força eram primordiais para a valorização da juventude, os velhos tinham um lugar menor, subalterno, enquanto que na época helenística, liberta de convenções, os velhos eram tratados de forma menos rigorosa e poderiam até ter algum *status*. Em suas conclusões sobre o assunto, Minois (1990, 367-368) afirmou que em toda a História da humanidade, sempre se preferiu a juventude à velhice, e que os velhos lamentam perder sua juventude e os jovens receiam pela chegada da velhice. Além disso, continua o autor,

Da Antiguidade ao Renascimento, qualquer que tenha sido a evolução das sociedades, estas últimas permanecem fundamentalmente alicerçadas na força física e no vigor corporal e essas condições são *a priori* desfavoráveis para a velhice. Mas no interior desse quadro aparecem algumas variações de pormenor, que contribuem para melhorar ou deteriorar local e temporariamente a situação dos velhos.

Em 2004, contudo, Debert afirmava que naquela época já não se podia falar que o idoso fosse um sujeito ignorado nos discursos social, acadêmico ou político. Na verdade, desde a década de 1990, com a visibilização da velhice, o tema assumiu importância teórica, tanto quanto se tornava alvo de políticas públicas. Citamos como exemplos os lançamentos da Política Nacional para o Idoso, em 1994, o Estatuto do Idoso, em 2003, e o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, em 2005.

Embora ainda pouco numerosa, temos uma corrente de pesquisadores voltada para os estudos sobre o tema e dentre esses é unânime a afirmação de que a criação e a exposição da velhice acompanham o próprio processo de envelhecimento da população que, segundo Lizete de Souza Rodrigues (2006), no Brasil, teve início na década de 1940, com o advento dos antibióticos. Também a diminuição na taxa de fecundidade, as melhores condições de saúde e o desenvolvimento tecnológico na medicina preventiva e curativa foram outros fatores que, segundo a autora, intensificaram esse processo a partir da década de 1960. Nesse sentido, Rodrigues (2006, p. 16) ainda assevera que “pode-se afirmar que a revolução biossocial, juntamente com a revolução tecnológica, vem promovendo a transição demográfica no Brasil desde a segunda metade do século XX”.

De acordo com a autora, que utilizou dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre a década de 1950 e a década de 1980 houve um aumento de 1,9% da população com mais de 60 anos de idade e, na faixa de 15 a 59 anos, o aumento foi de 1,2%. Sobre o assunto, Morvan de M. Moreira (2001, p. 2), nos informa que esses dados de fato caracterizam o envelhecimento demográfico, pois “a taxa de crescimento da população idosa é superior à taxa de crescimento da população jovem por um período sustentado no tempo”.

Entretanto, segundo Debert (2004), não se deve explicar por razões demográficas a quebra da “conspiração do silêncio” preconizada por Beauvoir. Sua hipótese é a de que a emergência da velhice enquanto questão social é um processo marcado por um duplo movimento de socialização e reprivatização da velhice. Socialização, pois, como vimos, uma série de iniciativas surgem de diferentes pontos, como a criação da categoria “idosos”, o surgimento de uma área específica do conhecimento para tratar do envelhecimento, a gerontologia, políticas públicas, além de um conjunto de novas orientações e intervenções de lazer, consumo e saúde que são direcionadas pelo Estado e organizações privadas. Por outro lado, assiste-se a uma reprivatização da velhice na medida em que ser bem-sucedido nessa etapa da vida hoje é uma responsabilidade pessoal e que determinadas situações, como o abandono e dependência, são consequências de opções e estilos de vida adotados pelos indivíduos ao longo de sua existência. Nesse sentido, as novas formas de gestão da velhice não são consequência do envelhecimento da população brasileira, mas os próprios grupos e forças sociais que tomam a dianteira do processo participam da produção de uma nova sensibilidade em relação à velhice.

Tal tendência, de acordo com Debert (2004, p. 14), aponta para uma revisão dos estereótipos que cercam a velhice, transformando esse momento em privilegiado “para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal”. Entretanto, além de não propiciar ferramentas adequadas para lidar com as debilidades físicas, emocionais e cognitivas que são próprias da idade, diversos autores insistem que essa imagem tende a coexistir com outras que apontam a sobrevivência de preconceitos, eufemizados sob o signo da “terceira idade”, “idade feliz” ou “melhor idade”.

Por seu turno, Rodrigues (2006) entende que parte da representação negativa sobre a velhice, associada à decadência, dependência, doença e morte, pode ser explicada a partir do processo de globalização, que é marcado pela instantaneidade e descartabilidade, favorecendo o culto da juventude, da beleza, da virilidade e da força física, propagando até mesmo o surgimento de uma “ideologia da juventude”. Rodrigues (2006, p. 35) também assinala que tal imaginário social sobre o idoso foi construído com o respaldo das representações forjadas pelo grupo dos não idosos, que “se encarregou de criar e difundir uma auto imagem enaltecida paralelamente a uma imagem pejorativa e negativa, ou seja, a dos idosos”.

Diante de tais colocações, entendemos que o resultado da imagem que a sociedade constrói acerca do idoso é, em primeiro lugar, a dificuldade de autoaceitação e mesmo a rejeição, por parte do próprio sujeito envelhecido, de seu envelhecimento. Essa representação da velhice também determina o tipo de relação que a sociedade e a família estabelecem com

seus idosos. Por outro lado, acreditamos que o tema sobre a velhice contribui também para legitimar uma relação de poder entre os(as) filhos(as) e netos(as) e a mãe e/ou avó idosa e por isso torna-se importante discutirmos neste ensaio a inserção da questão das relações de gênero e da velhice feminina.

## A MULHER E A VELHICE

Hoje, tão comum quanto o argumento de que a velhice é uma construção histórica e social, é o de que homens e mulheres vivenciam essa etapa da vida de formas distintas. Isso porque, paralelamente ao crescimento de pesquisas acadêmicas sobre o envelhecimento, desenvolveu-se, ainda que timidamente, uma perspectiva de gênero sobre a velhice.

Atrelada à trajetória do feminismo, a origem do termo gênero se localiza no interior dos debates promovidos por aquele movimento social em sua “segunda onda”, a partir da segunda metade do século XX, na busca por uma explicação para as desigualdades entre homens e mulheres. O gênero era uma forma de expressar a rejeição ao determinismo biológico, fazendo ver que uma série de características atribuídas aos corpos de homens e mulheres é, na verdade, construída socialmente. Ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social.

No meio acadêmico, a compreensão da categoria gênero defendida por Joan Scott (1994) alcançou enorme sucesso entre as(os) historiadoras(es) feministas, especialmente entre as (os) brasileiras (os), e o seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” vem sendo amplamente citado nos trabalhos. Scott (1994, p. 12) define o gênero como o saber sobre as diferenças sexuais, utilizando saber como “compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres”. Ela também defende que esse saber não é absoluto, nem verdadeiro, mas sempre relativo. Ou seja, ele é variável não só no tempo, mas segue também as demandas e os interesses culturais dos grupos sociais. Ademais, antevia que as relações de classe e raça também são relações de poder assim como as relações de gênero ou, ainda, que as desigualdades deveriam ser percebidas tendo como referência no mínimo essas três dimensões: gênero, classe e raça. Com o tempo, inclui-se também na discussão de gênero a categoria geração e as questões referentes à idade e à orientação sexual.

Os estudos e teorias reunidos sob o rótulo de uma perspectiva feminista do envelhecimento, ainda que com interesses tão diversos, possuem algumas características gerais. Em primeiro lugar, incorporam a categoria gênero na análise da velhice, dando especial atenção à situação das mulheres idosas, compreendendo que o que dá sentido à experiência do envelhecimento são as diferenças de gênero. Entretanto, não deixam de levar em consideração as outras categorias anteriormente mencionadas, inserem a questão da diversidade, promovendo com isso, segundo Isabel Dias (2005, p. 258), uma “busca em analisar as variáveis cruciais que determinam o estatuto da população idosa nas nossas sociedades”. Além dessas características gerais, os estudos feministas sobre a velhice apresentam algumas preocupações recorrentes, tais como perceber as imagens associadas ao

envelhecimento e os atores e interesses envolvidos nesse processo e investigar as estratégias das pessoas idosas frente a essas representações, em que medida interiorizam e/ou acionam essas identidades.

Nos trabalhos que tratam especificamente do envelhecimento feminino, duas hipóteses são igualmente recorrentes: a da feminização da velhice e a da dupla vulnerabilidade das mulheres idosas. Michelle Perrot (2012, p. 42) aponta que a velhice é hoje um empreendimento feminino e está ligada “aos progressos da obstetrícia e da ginecologia, ao melhor regime alimentar das mulheres, que vão ao médico e são mais sóbrias”. Como resultado, as mulheres são as principais habitantes de casas de repouso. Além disso, elas estão mais expostas à violência do que os homens também nessa etapa da vida, e isso faz com que Perrot pense na ambivalência daquele progresso. As mulheres vivem mais, mas em que medida vivem melhor? Quais suas condições de existência? Alguns autores insistem na ideia da dupla vulnerabilidade das mulheres idosas, ou seja, elas estão sujeitas a, pelo menos, duas formas de discriminação: primeiro pelo gênero e depois pela idade.

Historicamente as mulheres tiveram seu destino atrelado ao casamento e aos cuidados com a casa e os filhos. Por isso, quando, durante a velhice, passam por uma série de acontecimentos como a viuvez, o abandono dos filhos adultos e a interrupção da função reprodutiva, considera-se que a mulher experimentaria a perda de papéis sociais, seguida de desprezo e solidão. Debert (2004) assinala que, se pensarmos pelo viés da perda dos papéis sociais, a velhice masculina seria uma experiência igualmente ou ainda mais negativa. As mulheres vivenciam em menor escala a ruptura em relação ao trabalho, pois, justamente por obra da educação, costumam se dedicar aos afazeres domésticos. Em geral, mantêm uma relação mais próxima com os filhos e netos do que os homens, o que pode garantir que estes estejam mais dispostos a lhes destinar cuidados do que aos pais idosos. Além disso, durante a velhice, as mulheres estariam livres de uma série de convenções e restrições sociais, profissionais e sexuais, normas essas que teriam experimentado ao longo de sua vida, e a liberdade recém-adquirida lhes permitiria desfrutar de uma velhice ainda mais prazerosa e satisfatória pessoalmente. E inclusive por isso, elas dominariam a participação em grupos de convivência, bailes e universidades para a terceira idade.

Nesse contexto, Alda Britto da Motta (2006, p. 233) é bastante enfática ao questionar essa suposta e, segundo ela, estranha liberdade. A autora justifica alegando uma dupla valência:

como liberdade de gênero, assinala-se positivamente – mulheres que podem circular, viver conforme sua vontade; mas como liberdade geracional, e sobretudo existencial, tem também o sentido do marginalismo: podem sair, porque já não importam tanto: já não são bonitas (velho = gasto, feio), não irão atrair os homens, nem os de sua idade, já não reproduzem, não há muito o que preservar.

Para concluir essa breve revisão bibliográfica sobre a velhice feminina, é preciso chamar a atenção para algumas poucas iniciativas de se recuperar as experiências das

mulheres idosas no passado. Minois (1999) já noticiava o silêncio e a disparidade das fontes em relação aos velhos. Em toda sua obra, dedicou apenas parte de um capítulo à situação das velhas. Em “Depreciação da mulher velha”, ele discute a associação do sexo feminino ao mal e à bruxaria, como característica da arte religiosa dos séculos XIV e XV. A dificuldade com as fontes também é sentida por Motta (2012), em “*Mulheres Velhas*”, capítulo do livro “*Nova História das Mulheres no Brasil*”. A autora alega que até o movimento emancipatório da década de 1960, poucas mulheres, que dirá velhas, ganham visibilidade pelo registro social de sua vida. Dessa forma, Alda Britto da Motta (2012, p. 85) recorre à história oral, “as lembranças de mulheres que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, as omissões e as pressões sociais sobre as mulheres de várias idades”.

De modo geral, se chega à conclusão de que a diferença entre os sexos também ocupa uma posição central nessa história, pois, parafraseando Perrot (2012), que diz “não é a mesma coisa ser uma moça, ou um rapaz, na Idade Média ou no século XXI”, poderíamos também dizer “não é a mesma coisa ser uma velha, ou um velho, no passado ou século XXI”. Dito isso, passamos a uma rápida discussão da violência contra as mulheres idosas enquanto expressão das construções sociais de gênero e das construções sociais da velhice, a partir dos boletins de ocorrência da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa de Vitória, Espírito Santo.

## ENVELHECIMENTO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS REGISTROS POLICIAIS

Se os esforços em investigar a velhice a partir de uma perspectiva feminista ainda são tímidos, para um desnudamento da questão violência da violência contra as mulheres idosas ainda resta um longo caminho a percorrer. Alda Britto da Motta (2009) dedica a respeito desse assunto o artigo “Violência contra mulheres idosas: questão feminista ou de gênero?”, em que critica o feminismo, tão eloquente no tocante à denúncia da violência doméstica contra as mulheres jovens, mas que ignora as manifestações de violência quando a mulher atinge idade avançada, terminando por contribuir para a opressão e o desempoderamento das mulheres mais velhas.

A autora prossegue afirmando que a violência contra mulheres idosas, apesar de guardar similaridades com a violência de gênero sofrida pela mulher em outras etapas da vida, apresenta contornos próprios, pois está intimamente ligada não só às relações e desigualdades de gênero, como também às relações e desigualdades entre as gerações. Algumas dessas singularidades serão elucidadas nas páginas seguintes e exemplificadas a partir dos casos registrados na Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI) de Vitória, Espírito Santo, durante os anos de 2010-2012<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> No Espírito Santo, a primeira e única Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI) foi criada a partir da portaria nº 065-R de 02 de setembro de 2010. Ela está localizada na capital do estado, Vitória, apesar de atender a toda Região Metropolitana da Grande Vitória – Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória – também, por vezes, algumas

Trata-se de dados extraídos da pesquisa que vimos realizando na DAPPI desde o ano de 2013.<sup>3</sup>

Em primeiro lugar, diferente da violência sofrida pelas mulheres mais jovens, a violência contra as idosas não é, em geral, de caráter conjugal, mas praticada pelas demais gerações, filhos e filhas, netos e netas. Nos boletins de ocorrência da DAPPI, os filhos(as) e netos(as) correspondem a mais de 20% de um total de 205 boletins registrados por mulheres na capital do Estado, em seus dois primeiros anos de existência. Ao tomar o dado bruto, talvez não se enxergue sua dimensão, mas é importante salientar que há um grande número de boletins que por falha em sua redação não fornecem uma série de informações, dentre elas o tipo de relação entre a vítima e o agressor. Ademais, se tomarmos como referência a violência no âmbito familiar, filhos(as) e netos(as) aparecem em primeiro lugar, à frente dos cônjuges, como já mencionado, e também dos demais parentes. Poder-se-ia conjecturar que os cônjuges não aparecem tanto enquanto agressores, pois muitas dessas mulheres são viúvas. Entretanto, isso não quer dizer que não exista a violência conjugal contra mulheres idosas (corresponde a 7% dos casos) ou que a manifestação do fenômeno da violência de gênero em idade mais avançada já não seja uma continuidade de violências vivenciadas em épocas anteriores.

Dado o vínculo entre as vítimas e os agressores, o receio em denunciar ou levar o caso adiante, já destacado em muitos trabalhos sobre o tema, parece se potencializar. A coerção sofrida na relação familiar com o autor da violência e o medo do rompimento dos vínculos familiares, do abandono e da solidão implicam uma resistência à denúncia das violências sofridas. No caso da mulher idosa agredida, muitas vezes viúva, o filho e autor é também sua única companhia. Por isso, mesmo quando denunciam, a resistência se transmite no desejo expresso, no próprio boletim, de não levar o caso adiante, mas de tê-lo apenas como “resguardo de direito”.

Essas mulheres com a morte do marido, ou passam a viver sozinhas ou com os filhos(as) e/ou netos(as), o que se mostra um contexto de ocorrência maior de conflitos e violência. É comum nos casos estudados o contexto de coabitação ou recoabitação colocado por Gleice Mattos Luz e Clarice Ehlers Peixoto (2007). Cabe aqui voltar à diferenciação proposta pelas autoras das modalidades de coresidência. No primeiro caso, o da coabitação, “estão os pais e filhos(as) adultos(as) (casados ou não) que nunca viveram separados e as filhas (mães solteiras com seus filhos) que sempre moraram com os pais”. No segundo, da recoabitação, inúmeras são as situações, ou seja,

---

idades do interior. Segundo Oliveira (2008), as primeiras experiências de delegacias de proteção aos(as) idosos(as) no Brasil foram implantadas na década de 1990, na cidade de São Paulo, dado que demonstra a ocorrência da violência cometida contra idoso antes da promulgação da Política Nacional para o Idoso (1994), do Estatuto do Idoso (2003) e do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2005), planos que oficializaram ações no sentido de prevenir e reprimir a violência contra idosos (as).

<sup>3</sup> A pesquisa integra um projeto desenvolvido para o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Ufes e foi desenvolvida por meio de análise documental e observação etnográfica na própria DAPPI de Vitória. A mestranda Luciana Silveira realiza sua dissertação de mestrado intitulada “Gênero e velhice: a violência familiar contra a mulher idosa em Vitória (ES) 2010-2012” tomando como base as fontes coletadas nessa pesquisa, sob orientação da professora Maria Beatriz Nader.



mães que enviúvam e passam a morar na casa de um (a) filho (a); mães divorciadas ou viúvas que acolhem seus filhos (as), também divorciados (as); pais ou mães que têm recursos reduzidos e, ainda assim, acolhem os filhos que atravessam um período de desemprego; pais que recebem aposentadoria reduzida (ou mães que recebem pensões precárias) e que vêm morar com os filhos em melhor situação econômica; pais ou mães mais abastados que não acolhem os (as) filhos (as) em suas casas, mas que ajudam financeiramente aqueles em dificuldade, casados ou não, etc” (LUZ & PEIXOTO, 2007, p. 174).

Somando a coabitação e a recoabitação, outros fatores desencadeadores de violência presentes nos registros são a dependência econômica, tanto da vítima, quanto do agressor, e o vício em álcool e drogas, especialmente no caso dos filhos e netos do sexo masculino (que correspondem ao dobro – 65% – dos casos em relação às filhas e netas). Poder-se-ia presumir que a presença de tais fatores sugere que esse tipo de violência familiar também seria uma expressão da não concretização dos papéis sociais masculinos ou mesmo um recurso para que os filhos e netos homens mantenham o poder masculino sobre as mães/avós<sup>4</sup>.

A reação frente à situação de dependência de filhos(as) e netos(as) para com a mãe e/ou avó idosa muitas vezes se expressa a partir da violência econômica ou financeira, que corresponde, principalmente, a casos de apropriação indevida dos cartões de aposentadoria dos idosos. Entretanto, é nos casos registrados como violência psicológica (ameaças, xingamentos, gestos) que se nota de maneira mais ressaltada a influência das construções relativas aos papéis de gênero e dos estereótipos que cercam a velhice. Em seus relatos, é comum que as idosas declarem que as palavras ofensivas e os xingamentos proferidos pelos filhos atingem a sua honra, sendo que a maioria desses está relacionada a uma suposta debilidade psíquica dessas mulheres, ao fato de não desempenharem adequadamente as funções relativas ao cuidado com a casa, a comida e os filhos, sendo chamadas de “velhas”, “caducas” e péssimas mães e cozinheiras.

Confirma-se, dessa forma, a afirmação de Isabel Dias (2005, p. 258), segundo a qual,

as imagens, correntes na nossa sociedade, de que os idosos são fisicamente pouco atraentes e desprovidos de poder são por ele interiorizadas e atuam como forças de discriminação e de controle social. A percepção social de falta de poder dos idosos e a desvalorização de que são frequentemente alvo não só alimentam processos de intimidação e de mau trato, como se convertem geralmente em novas relações e instituições.

Conclui-se com o que seria uma última singularidade da violência contra mulheres idosas: diferente da “violência de gênero, cujo alvo principal é o físico da vítima, no caso da vítima idosa, a violência é praticada contra o psíquico, o emocional e a moral” (LINDOSO, 2004, p. 75). Por isso, ainda que o fator abuso de drogas e álcool por parte desses autores

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre a construção da masculinidade, fundada no trabalho, virilidade e violência, ver NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

esteja presente e que ele se configure também como motivador da ação, acredita-se que esse tipo de violência, predominantemente psicológica, seja uma expressão, sobretudo, das relações de poder que se estabelecem com base na idade e no gênero.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.
- DIAS, Isabel. **Envelhecimento e violência contra idosos**. Revista da Faculdade de Letras: Universidade do Porto, Porto, Portugal. Sociologia, I Série, Vol. 15, 2005, p. 249-274. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>. Data de acesso: 01 fev. 2012.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.
- LINDOSO, Mônica Bezerra de Araújo. A violência praticada contra a mulher idosa e os direitos humanos. In: **Direitos Humanos no cotidiano jurídico**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. (Séries Estudos n. 14). Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodestudos/bibliotecavirtual/direitos%20humanos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.
- LUZ, Gleice Mattos; PEIXOTO, Clarice Ehlers. **De uma morada à outra**: processos de re-coabitação entre as gerações. Cadernos Pagu (29), julho-dezembro de 2007: 171-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a08n29.pdf> Data de acesso: 30 mar. 2013.
- MINOIS, Georges. **História da velhice no ocidente**. Da Antiguidade ao Renascimento. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Teorema, 1999.
- MOREIRA, Morvan de M. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**. Textos para discussão n.73, 2001. IBGE. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/idot5\\_1.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/idot5_1.pdf). Acesso em: 12 nov. 2012.
- MOTTA, Alda Britto da. Chegando para a idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 223-235.
- MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra as mulheres idosas**: questão feminista ou questão de gênero? Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu>. Data de acesso: 01 fev. 2012.
- MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 84-104.
- OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso**. Um estudo sobre o atendimento de velhos nas delegacias de polícia. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>. Data de acesso: 05 maio 2014.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 69-84.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RODRIGUES, Lizete de Souza. **A Política Nacional do Idoso**: o caso de Vitória (1994-2004). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2006. Disponível em: [www.historia.ufes.br](http://www.historia.ufes.br) Data de acesso: 18 jun. 2012.

SCOTT, Joan. **Prefácio a gender and politics of history**. Cadernos Pagu (3) 1994: 11-27. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007) Data de acesso: 22 out. 2013.

---

### **Maria Beatriz Nader**

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Chefe do Departamento de História da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência – LEG/UFES e do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR/UFES.

---

### **Luciana Silveira**

Licenciada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência – LEG/UFES.